

Apresentação

Temos a satisfação de apresentar a você leitor, o volume 8, número 1, de *Patrimônio e Memória* que traz, a partir deste número, os textos agregados em torno das seções “dossiê”, “artigos” e “resenhas”.

O dossiê **Representações Caricatas na literatura e na imagética**, do presente número, traz instigantes reflexões sobre a relação entre a caricatura política, a imprensa periódica e as questões conjunturais relativas aos processos políticos no México do século XIX e, no Brasil, dos períodos imperial (2ª metade do século XIX) e republicano (dos primeiros anos do século XX) refletidos pela sátira literária e pela sátira caricatural, esta última forjada pelos artistas do traço. O outro foco é o da recepção e circulação desses periódicos. Há textos que analisam essas publicações sob a ótica da história da leitura e da recepção, em cujos projetos gráficos as caricaturas ocupavam lugar privilegiado. A recepção do livro *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós, na imprensa brasileira de caricaturas da época, foi abordada pela sátira verbal, na forma das piadas, poemas e pequenas histórias picantes, sob a inspiração da crítica literária. Outro caminho foi buscar o público leitor, empreitada difícil considerando-se que os periódicos ilustrados não explicitam quem eram eles, o que não se constituiu em impedimento às pesquisas que seguem pistas indiretas valendo-se dos desenhos e caricaturas que tematizam o assunto.

Ainda nesse campo, o público-leitor da revista ilustrada e humorística *Careta* foi analisado, durante os anos de 1908-1922, tomando como mote sua circulação, no contexto nacional e internacional. O autor do texto demonstra o interesse despertado ao leitor, por essa circulação ampla no país e, também, no exterior, reafirmado pela reprodução de suas imagens em periódicos internacionais.

A seção **Artigos**, sempre atenta ao perfil do periódico, agrega textos que tratam de assuntos variados que trazem memórias plurais e se voltam para a definição de identidades de sujeitos (homens e mulheres) e de grupos que vivenciaram experiências diversas. Nesse espectro, contemplam desde aquelas experiências cuja memória remete à violência decorrente do sistema político aos quais os seus antepassados estiveram submetidos, às mais próximas, provenientes do Estado e da esfera privada. A mais distante foi tratada nos textos que discutem a memória da escravidão; ao passo que as mais contemporâneas abordam os abusos sexuais contra jovens das classes populares e, também, trazem as pelejas de sujeitos, homens e mulheres, que se recusam a esquecer os “desaparecidos” da ditadura militar brasileira dos anos 1960/1970.

Essas memórias, causadas por ações de sujeitos, vindas da Sociedade e do âmago Estado, carregam dimensões simbólicas diferenciadas e complexas pelos desdobramentos provocados na longa duração aos herdeiros daquelas experiências, como os afro-descendentes que reivindicam políticas de reparação e, também, na curta duração, os familiares dos “desaparecidos” cujas disputas pela memória e reparação ocorrem de forma intermitente. Essas disputas evidenciam o dilaceramento de famílias cujos parentes foram sumariamente eliminados pelo regime militar, mas que não aceitam o pacto do licenciamento “negociado” à sua revelia e continuam a reivindicar uma solução.

As lutas desses familiares reafirmam o direito de saber o paradeiro de seus filhos/filhas, maridos, sobrinhos e, cada vez mais se voltam em direção à busca de garantia do direito à memória, a um túmulo ou mesmo à certificação pelo Estado de que aqueles brasileiros/as estiveram detidos. Acossado pela pressão intermitente desses grupos, o Estado brasileiro move-se lentamente, governo após governo, para localizar essas pessoas, primeiramente abrindo os arquivos do DOPS, depois criando as Comissões de Direitos Humanos e, em seguida, a da Verdade. As frentes de lutas do grupo atacam em diferenciadas direções, redefinindo os sentidos dos embates daquela conjuntura ao impor, por meio de nomes de ruas e praças públicas, homenagens a esses protagonistas, ressignificando os sentidos dos embates políticos travados naquela conjuntura.

Ainda nesse intento de lembrar “os traumas” políticos do nosso passado que teimam em vir à tona no movimento de rememoração, esse número de *Patrimônio e Memória* traz texto que discute aspectos da celebração da “Revolução Constitucionalista” de 1932, retomando, para tanto, as raízes e os sentidos atribuídos a esta comemoração que se firma nos anos trinta e os mecanismos acionados que foram capazes de transmutar uma derrota bélica em vitória moral.

Outros assuntos, mais amenos, são debatidos nessa seção. Os saberes e fazeres de sujeitos são explicitados em textos que discutem a experiência dos alemães em seu processo de adaptação em país estrangeiro e a ressignificação de sua identidade expressa em dimensões diversas; na discussão sobre a origem do saber doceiro feminino no Rio Grande do Sul, encontrada entre as jovens filhas de grandes estancieiros e donos de charqueadas, saberes que foram mobilizados em situações de crise do charque, quando foram necessários outros recursos para manter uma economia doméstica. Os autores partiram de “entrevistas que revelaram, pela lembrança, que a doçaria tinha (e tem) uma forte ligação memória-corpo, seja pelos gestos executados, seja pela memória olfativa e visual”.

E, por último, a resenha de livro coletivo sobre a memória de uma experiência pedagógica no início da República que desvela aspectos do saber pedagógico e suas propostas inovadoras, acionado para a formação dos brasileiros naquele período.

Apresentação

Para concluir, a capa deste número merece alguns comentários. Ela volta-se aos textos apresentados tanto no dossiê que aborda a crítica derrisória, expressa na caricatura e na sátira verbal, quanto nos artigos que discutem situações de violência mais remotas como as da escravidão e as atuais, como as da ditadura militar nas décadas de 60 e 70 do século XX. A imagem produzida por Ângelo Agostini, publicada na *Revista Ilustrada* que trata dos castigos infringidos aos escravos é emblemática para fechar esta discussão.

Uma boa leitura!

Profª Drª Zélia Lopes da Silva
Editora

Assis, SP, 15 de maio de 2012